
A violência masculina contra a mulher em sites paraibanos de notícia¹

Alessandra Clementino dos SANTOS²

Maryanne Marques Gonçalves Paulino de SOUSA³

Ada Kesa Guedes BEZERRA⁴

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB

Resumo

O presente artigo traz um recorte do Projeto de Iniciação Científica “Jornalismo e Violência contra a mulher em sites paraibanos de notícias”, desenvolvido por alunas do curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba. Os conteúdos aqui analisados são referentes aos meses de janeiro a março de 2019, contabilizando um total de 62 casos de violência masculina contra a mulher, repercutidos em 115 matérias, em 4 portais de notícia do estado. Para tanto, utilizamos como método de investigação científica a Análise de Conteúdo como descrita por Bardin (1977), de modo a verificar quantitativa e qualitativamente como os casos de violência contra a mulher vem sendo noticiados em tais portais. Os resultados apontam para deslizamentos éticos e reforço de estereótipos de gênero, através de termos, tratamento, volume e espetacularização do material replicado, influenciados também pelo imediatismo da produção jornalística para o ambiente online.

Palavras-chave: Jornalismo Online; Ética; Violência contra a Mulher.

Introdução

A ascensão de ONGs feministas nos anos 90 contribuiu com a abertura de espaços na agenda social brasileira para a discussão, sobretudo, da violência contra a mulher. A “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, adotada em Belém-PA no dia 9 de junho de 1994, define em seu Artigo 1º Violência contra a Mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1994)”. Promulgada no ano de 2006 e tida como o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, a Lei Maria da Penha amplia essa significação ao acrescentar “dano moral

¹ Trabalho apresentado na IJ 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Participante do projeto. Estudante de Graduação 8º semestre do curso de Jornalismo na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: ale.clementino.santos@gmail.com

³ Participante do projeto. Estudante de Graduação 8º semestre do curso de Jornalismo na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação Digital e Marketing de Dados no Centro de Educação Superior Renaildo Ramos (Cesrei). E-mail: maryannemgps@gmail.com

⁴ Orientadora do projeto. Professora do curso de Jornalismo na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: ada.guedes@gmail.com

ou patrimonial” como uma das formas de Violência contra a Mulher, podendo esta ocorrer: a) dentro do ambiente doméstico e familiar; b) na comunidade e/ou; c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes. Considerada um tipo específico de violência contra a mulher, a violência doméstica e familiar é aquela que se origina dentro do “âmbito da unidade doméstica e familiar, ou em qualquer relação íntima de afeto em que o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima” (LEI MARIA DA PENHA, 2006).

Os dados mostram que a realidade da mulher brasileira é preocupante. Em um grupo de 83 países com dados completos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa a quinta posição⁵ do ranking de homicídios de mulheres: 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. As maiores vítimas da violência doméstica e familiar são mulheres. Considerando faixa etária, entre mulheres adultas, de um total de 46.847 agressões, 23.414 são provocadas por seus parceiros (cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados). Esse grupo é cinco vezes maior que o grupo de agressores desconhecidos das vítimas (4.554).

A maior parte das vítimas são mulheres negras (pretas ou pardas) na faixa etária entre 18 e 30 anos. Enquanto o número de homicídios de brancas diminuiu em 9,8% entre 2003 e 2013 (de 1.747 vítimas para 1.576), os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2% durante o mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. Os dados são do Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, um estudo divulgado pela OMS, Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), ONU Mulheres e Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Diante disso, percebemos o jornalismo como uma ferramenta necessária ao debate de gênero, uma vez que se constitui como um agente social e histórico com a capacidade de produzir representações, agendamentos e enquadramentos dados pelos meios de comunicação, podendo tanto contribuir para combater os índices de violência contra a mulher, como também negligenciar ou mesmo reforçar seu aumento. De fato, “a influência da mídia é sutil e pode ser exercida de várias maneiras, diretas ou indiretas, valorizando certos modelos ou papéis sociais, insistindo em certos estereótipos, sugerindo comportamentos socialmente aprovados etc” (BRETON; PROULX, 2006, p. 150).

⁵ Ficando atrás de: El Salvador (8,9 assassinatos a cada 100 mil mulheres), Colômbia (6,3), Guatemala (6,2) e Rússia (5,3).

É preciso lembrar que nosso objetivo não é estabelecer uma relação simplista entre os altos índices de violência contra a mulher e os conteúdos jornalísticos divulgados na mídia paraibana, mas sim entender de que maneira alguns elementos desses conteúdos podem promover atribuições de sentidos e desigualdade entre os gêneros.

Este trabalho é resultado do Projeto de Iniciação Científica “Jornalismo e Violência contra a mulher em sites paraibanos de notícias” que vem sendo realizado por estudantes pesquisadores do curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) desde 2017. Para este artigo, o recorte compreende os conteúdos postados nos meses de janeiro a março de 2019, resultando em um total de 62 casos de violência contra a mulher, repercutidos em 115 matérias. Como método de investigação, utilizamos a Análise de Conteúdo como descrita por Bardin (1977), na tentativa de compreender de que forma se deu a construção noticiosa destes casos de violência, principalmente no que se refere ao tratamento dado às vítimas e aos suspeitos, considerando que, “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”. (BARDIN, 1977, p.16).

A violência masculina contra a mulher

Para Scott (1989, p. 21-22), o “gênero” é constituído por duas proposições principais que constituem o núcleo do termo e várias subpartes que se encontram ligadas entre si. “Elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e “uma forma primeira de significar as relações de poder” são algumas das afirmativas elucidadas pela autora. Como parte destas relações sociais, a palavra implicaria em quatro elementos: os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e freqüentemente contraditórias; conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas; as instituições e organizações sociais e; a identidade subjetiva.

A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque

mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas. (SCOTT, 1989, p.27-28).

Na ordem social androcêntrica, vivida no Brasil, o gênero se constitui como uma “gramática sexual” escrita por homens, normatizando condutas que seriam tidas como “masculinas” e “femininas”, uma normatização que dita regras inclusive para as relações estabelecidas entre mulheres (SAFFIOTI, 1995, p. 32). O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2010), vem trazer para a discussão do binômio arquetípico homem/mulher o conceito de *habitus*, que seria o princípio unificador de práticas incorporado e reproduzido pelos homens e pelas instituições, como a família, a escola, a igreja, etc. Segundo o autor, esse processo aconteceria sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares, que fariam do corpo um depósito dos princípios de visão e divisão sexualizantes entre o que é tido como masculino (práticas perigosas e que requerem força) e feminino (atividades domésticas e ocultas, tidas como “vergonhosas”), estimulando ou desencorajando certas condutas de acordo com o sexo. Bourdieu (2010, p. 39) denomina isso de “confinamento simbólico”, um cerco invisível que tem a função de limitar o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos do corpo feminino.

E se o gênero, em sua lógica de complementaridade, é constituinte das relações interpessoais dominantes em nossa sociedade, a violência se mostra como um elemento estrutural da ordem falocrática e do controle social. De acordo com Saffioti (1995, p. 4), “a violência masculina contra a mulher manifesta-se em todas as sociedades falocêntricas. Como todas o são, em maior ou menor medida, verifica-se a onipresença deste fenômeno”. Neste sentido, a violência de gênero é imparcial, não considerando classe social, tipos de cultura ou mesmo questões étnico-raciais, podendo ocorrer tanto no espaço público como no privado. E é justamente no espaço intrafamiliar que mulheres e crianças (especialmente meninas) estão mais propensas a serem vítimas da violência masculina. “Pode-se afirmar, sem muita margem de erro, que a família constitui uma das instituições sociais mais autoritárias e castradoras” (GAIARSA, 1986, 1986a *apud* SAFFIOTI, 1995, p.33) A sacralidade e a pretensa “privacidade” da instituição familiar garante a esses homens a segurança de continuar em suas relações violentas em um silenciamento complacente de boa parte da sociedade.

O homem ainda possui diversos privilégios frente à mulher, não apenas por vivermos em uma sociedade falocêntrica, mas também pela necessidade masculina de se afirmar frente

a essa mesma sociedade que espera dele atitudes “condizentes” com o estereótipo de homem viril. A normatização de tais condutas através de uma forma de poder que se prolifera apenas no inconsciente chama-se “violência simbólica” (BOURDIEU, 2010).

Essas formas de poder reforçam a ideia da dominação masculina sobre a mulher, a qual se manifesta não apenas através da violência simbólica, mas também por meio de outros tipos de violência, entre elas a física.

Sobre conduta e ética jornalística

O jornalismo tem nas suas narrativas cotidianas pessoas como protagonistas. São reputações, honras e valores pessoais que “estão em jogo”. As decisões do que será ou não dito não são responsabilidade apenas das organizações jornalísticas, mas também dos repórteres e editores. Segundo Christofolletti (2008), a ética dos jornalistas tem duas dimensões: individual e social. Ou seja, no exercício da profissão, além dos valores pessoais, o jornalista também mobiliza valores adquiridos socialmente, em grupos de família, igreja, amigos, trabalho, etc.

Além de ser um conduto normativo do comportamento dos repórteres e editores, a ética incorpora valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto pelos funcionários das empresas de mídia como pelos empregadores, tendo como vigilantes os cidadãos. No entanto, um fator em específico vem interferindo tanto no exercício da profissão quanto na sua ética: os novos processos jornalísticos no ambiente digital.

O advento da internet e as rápidas e constantes mudanças tecnológicas trazem benefícios ao mesmo tempo em que potencializam deslizos e práticas antiéticas. O prazo para apuração e divulgação dos fatos tornou-se quase inexistente, especialmente no jornalismo online⁶. Instantaneidade é, então, uma das palavra-chave do jornalismo online (CANAVILHAS, 2014).

Nesse contexto, algumas etapas do processo de produção ganham pouca atenção ou são completamente esquecidas, a exemplo da busca por “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas” (FENAJ, 2007). São falhas que não se justificam.

⁶ Neste trabalho usaremos sempre este termo para designar o jornalismo que se faz na Web. Outras denominações usadas por vários autores são Ciberjornalismo e Webjornalismo.

Com o jornalismo online, as informações são distribuídas e consumidas mais rapidamente e alcançam milhões de pessoas em todo o mundo. Se antes somente as grandes redes atingiam grandes públicos, agora blogs e portais menores, incluindo de desconhecidos e (quase sempre, sem atuação responsável) ganham grande visibilidade.

Qualquer que seja o conceito que o jornalismo busca para si, não se pode deixar de reforçar sua função social nem se desprender da responsabilidade social que lhe é própria, nem se esquecer da qualidade técnica, ser exercido sem ética ou distanciar-se do interesse público. Se descartar essas bases, perde as raízes que o sustentam. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 102)

Vale lembrar que não se condena esse tipo de jornalismo, já que erros éticos também acontecem em outros meios. A rapidez na divulgação é condição intrínseca ao noticiário porém, não deve afetar a precisão das informações. A veracidade do que é divulgado é uma característica da natureza da profissão; ela está acima de qualquer meio e suas particularidades.

Para regular, melhorar e manter a qualidade do exercício profissional do jornalismo, os códigos de ética funcionam como balizadores. Ao contrário das leis, que são dispositivos de controle social aplicados a todos de uma comunidade com os objetivos de harmonizar relações e garantir direitos, punindo os que as desrespeitam, os códigos de ética funcionam como recomendações, indicações de conduta. Ou seja, não são obrigações, dependendo muito mais da consciência e disposição das pessoas em segui-los, em cultivar os valores ali expressos. Eles são instrumentos auto-reguladores e também preveem reações aos transgressores, que são julgados pelas comissões éticas formadas por representantes da categoria.

Os códigos de ética são feitos pela e para a comunidade a que se destina, geralmente profissões, mas são dispositivos importantes “para toda a sociedade, pois sinalizam publicamente que aquele grupo social têm preocupações éticas, segue seus valores e possui maturidade suficiente para se pautar por um instrumento de auto-regulação deontológica” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 81). Todos eles são, de acordo com Christofolletti (2008), reformados de tempos em tempos para manter a qualidade diante de novas circunstâncias, atitudes e tecnologias que surgem.

Como aponta Christofolletti (2008, p. 88), “é verdade que nenhum código de ética deontológico é perfeito e que há limitações na própria natureza dos textos, mas o fato é que

não basta que os jornalistas conheçam as regras do jogo. Eles precisam pô-las para funcionar”. E, no cenário do jornalismo online, é indispensável ter ainda mais prudência com os dilemas éticos e resguardar sua credibilidade profissional. É preciso também repensar uma ética que inclua os novos atores do mercado jornalístico, visto o crescimento da colaboração do público no processo de produção e difusão das informações.

Objeto e Método

Nosso corpus de análise é constituído por 62 casos de violência contra a mulher, repercutidos em 115 matérias, entre os meses de janeiro e março de 2019 nos portais de notícias ClickPb, Blog do Márcio Rangel, Jornal da Paraíba e Paraíba Online. Vale salientar que o material coletado foi retirado da editoria “Policial” dos portais, com exceção do Jornal da Paraíba que substitui o termo por “Vida Urbana”. Matérias de cunho geral, que não são casos factuais, não fizeram parte da análise.

Considerando que nosso objetivo aqui é analisar como a mulher é percebida e representada nestas matérias, optamos como método de pesquisa pela Análise de Conteúdo, descrita por Laurence Bardin (1977, p. 42, com grifos dos autores) como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a *inferência* de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Comunicação seria aqui definida como “qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este” (BARDIN, 1977, p.32). Bardin sugere o termo “variáveis inferidas” como uma denominação mais neutra que “condições de produção” que, segundo a autora, seria vago o suficiente para possibilitar uma gama diversa de inferências (variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem, etc.), além de não considerar a recepção das mensagens pelos indivíduos de uma sociedade. Estas variáveis podem se relacionar com dois tipos de problemas, a depender da visão e da busca do analista em sua pesquisa: o que é que conduziu a um determinado enunciado? e; quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Vale salientar que os dois questionamentos não são mutuamente excludentes. De fato, nosso trabalho se

focou principalmente no primeiro (como se deu a construção das notícias que tratam de violência masculina contra a mulher), já que a segunda problemática implicaria muito mais em uma pesquisa de recepção.

O analista de conteúdo seria um arqueólogo, que trabalha com vestígios (os documentos que pode descobrir ou suscitar) na busca de estabelecer uma correlação entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas presentes dentro dos enunciados que ele se propõe a analisar, realçando um sentido/significado que se encontra em segundo plano à leitura. Lembrando que, “o processo da análise de conteúdo é ‘arborescente’, quer dizer, técnicas e interpretações atraem-se umas às outras e, à la limite, não é possível esgotar o discurso (...)”. (BARDIN, 1977, p. 80)

Resultados

O material de análise foi categorizado em 2 categorias principais, onde 1 delas se subdivide em 10 subcategorias:

- Estupro Infantil;
- Violência contra a mulher:
 - Agressão física (resultante em morte e não resultante em morte); - Assédio;
 - Estupro ou tentativa; - Cárcere privado;
 - Violência patrimonial; - Atos obscenos;
 - Ameaça ou tentativa de homicídio; - Assassinato;
 - Agressão a terceiros; - Invasão domiciliar.

É importante ressaltar que cada uma das categorias elencadas nesta pesquisa foram nomeadas de acordo com os termos usados pelos portais para se referir aos casos. Neste sentido, categorias que poderiam ter algum tipo de aproximação encontram-se separadas. Exemplo disso são as categorias “agressão física com morte” e “assassinato”: alguns portais referem-se a alguns casos diretamente como “assassinato”, ao passo que no único caso categorizado como “agressão física resultante em morte” a expressão usada foi “(...) não resistiu aos ferimentos e morreu no hospital”⁷.

⁷Matéria “Homem é preso em flagrante após esfaquear a esposa, a sogra e a avó da companheira”, do Paraíba online, publicada em 24.03.2019. Disponível em <<http://archive.fo/snkR6>>. Acesso em 17 de abril de 2019.

Dos 62 casos analisados (relativos aos meses de janeiro à março de 2019), 8 (12,9%) são relacionados a estupro infantil e 54 (87,1%) a violência contra a mulher. Destes 54 casos, 31 (57,4%) são de agressão física — sendo 1 (3,2% de 31 casos) resultantes em morte e 30 (96,8%) não resultantes em morte —, 2 (3,7%) são de estupro (ou tentativa), 1 (1,8%) de cárcere privado, 3 (5,6%) de violência patrimonial, 2 (3,7%) de atos obscenos, 3 (5,6%) de assédio, 6 (11,2%) de ameaça/tentativa de homicídio, 4 (7,4%) de assassinato, 1 (1,8%) agressão a terceiros e 1 (1,8%) de invasão domiciliar. (Valores aproximados).

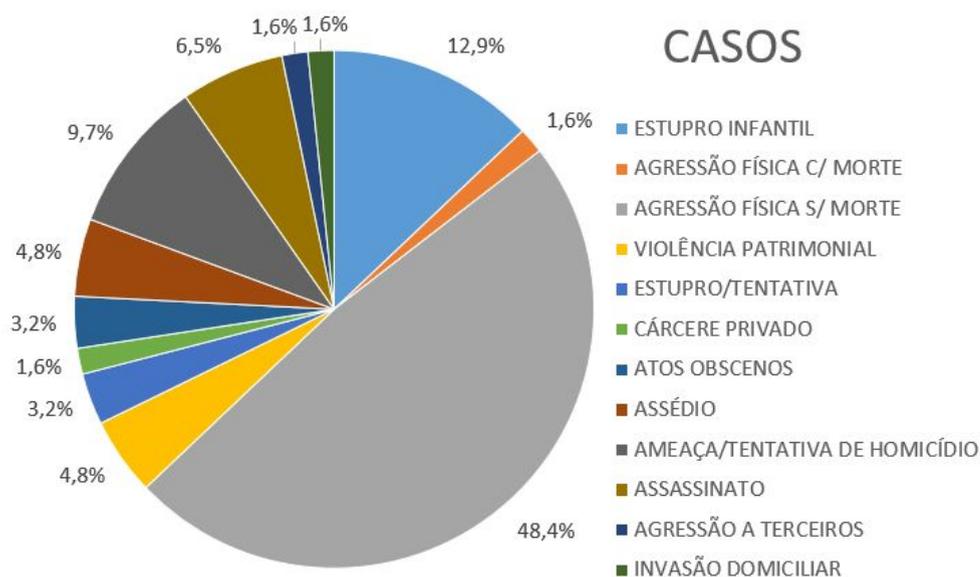


Gráfico 1: porcentagem da quantidade de casos por tipo em relação ao total de casos (62).

QUANT. DE CASOS- TIPO DE AGRESSÃO FÍSICA X
AGRESSÃO FÍSICA TOTAL

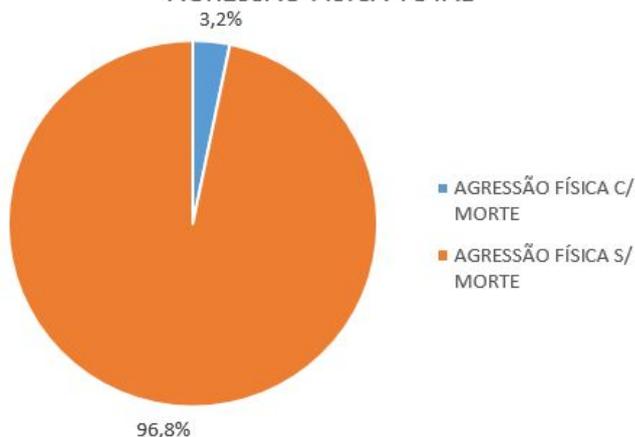


Gráfico 2: porcentagem da quantidade de casos de agressão física por tipo (resultante ou não em morte) em relação ao total de casos de agressão física (31)

Quando se trata do número de replicações, foram 115 matérias. Os casos de estupro infantil repercutiram em 18 matérias (15,7%) e os de violência contra a mulher em 97 matérias (84,3%). Destas 97 replicações, 55 foram referentes aos casos de agressão física (56,7%) — sendo 4 (7,3% de 55) de casos que resultaram em morte e 51 (92,7%) de casos que não resultaram em morte —, 2 (2%) de casos de estupro/tentativa, 1 (1%) de cárcere privado, 5 (5,2%) de violência patrimonial, 2 (2%) de atos obscenos, 5 (5,2%) de assédio, 7 (7,3%) de ameaça/tentativa de homicídio, 18 (18,6%) de assassinato, 1 (1%) de agressão a terceiros e 1 (1%) de invasão domiciliar. (Valores aproximados).

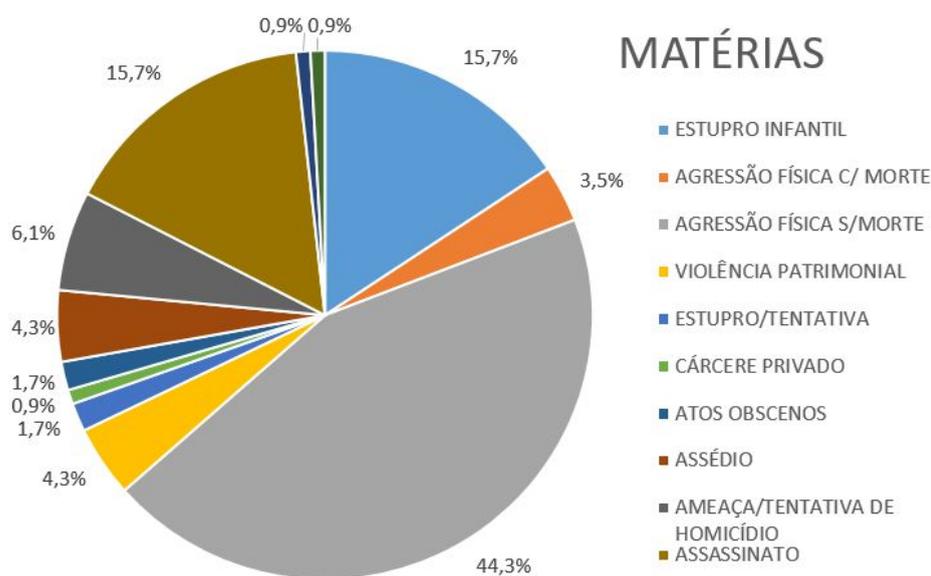


Gráfico 3: porcentagem da quantidade de matérias por tipo de caso em relação ao total de matérias (115).

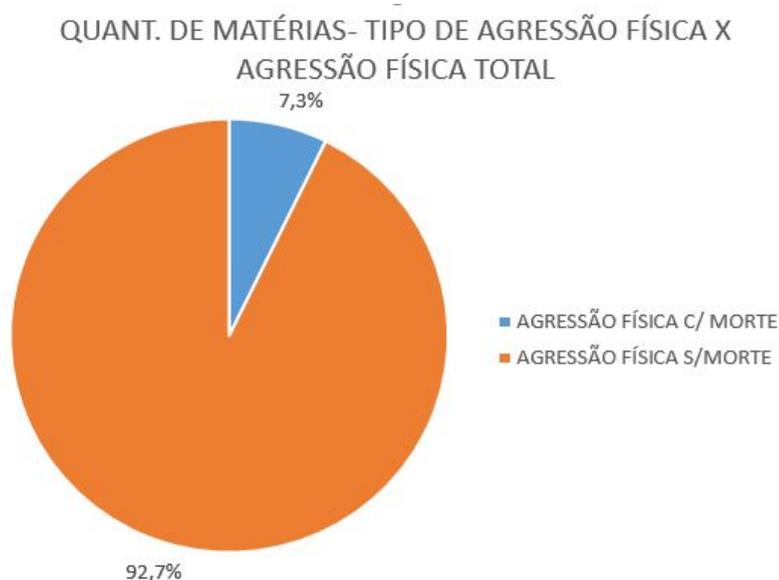


Gráfico 4: porcentagem da quantidade de matérias de agressão física por tipo (resultante ou não em morte) em relação ao total de matérias de agressão física (55).

Desde meados do ano passado pode ser percebida uma mudança na postura do Jornal da Paraíba quanto a noticiar os casos de violência masculina contra a mulher. O portal vem deixando de noticiar casos factuais, e quando o faz tem atenção ao uso de termos e de exposição de vítima e/ou suspeito. Apesar da diminuição na quantidade de matérias sobre violência contra a mulher, o JP passou a investir em qualidade e aprofundamento: matérias de cunho geral, com dados e debates mais profundos, além de focar em leis que falam sobre algum tipo de violência de gênero. Tal conteúdo não faz parte do nosso objeto de análise. Dentre todas as 115 matérias analisadas, apenas três são assinadas pelo Jornal da Paraíba, sendo duas referentes ao mês de janeiro e uma de março.

Os demais portais, além da grande quantidade de matérias sobre casos factuais, majoritariamente não trazem qualquer debate e informações adicionais sobre o tema e cometem deslizes éticos tanto em relação aos termos quanto à exposição das pessoas envolvidas.

TERMOS UTILIZADOS E QUANTIDADE DE VEZES QUE FORAM CITADOS													
PORTAIS E QUANT. DE MATÉRIAS	Homem	Suspeito	Acusado	Criminoso	Bandido	Agressor	Estuprador	Denunciado	Pedofilia	Violência doméstica	Exposição de vítimas*	Exposição de suspeito*	Culpabilização da mulher
JORNAL DA PARAÍBA (2)	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
CLICK PB (48)	53	119	20	0	0	7	1	1	0	10	4	6	11
BLOG DO MÁRCIO RANGEL (48)	16	36	16	2	1	2	1	0	1	2	9	18	8
PARAÍBA ONLINE (19)	6	33	18	2	0	5	0	0	0	2	6	5	3

* Refere-se a qualquer tipo de exposição que possa causar reconhecimento da vítima ou suspeito: foto, nome, endereço, nome de parente, etc.

Tabela 1: Termos utilizados e quantidade de vezes que foram citados em cada portal.

O termo “feminicídio” aparece duas vezes no Paraíba Online durante o mês de janeiro e outras cinco vezes durante o mês de março, incluindo uma vez em título de matéria. Já o Blog do Márcio Rangel utilizou duas vezes o termo em janeiro e outras quatro durante fevereiro. Os demais portais pesquisados não utilizaram o termo no material analisado.

Foi possível perceber que casos de assassinato e estupro infantil reverberam consideravelmente. Foram 8 casos de estupro infantil replicados em 18 matérias e 4 casos de assassinato replicados também em 18 matérias. Enquanto isso, percebemos que outros tipos

de violências ganham menos visibilidade e repercussão. A título de exemplo: cárcere privado (1 caso, 1 matéria), assédio (3 casos, 5 matérias).

Em termos culturais (social e profissional) acredita-se que estas violências são, muitas vezes, tidas como “menores”, “menos graves” e por isso são menos evidenciadas. Por outro lado, casos que envolvem crianças/adolescentes e/ou morte funcionam como atrativo para os portais, gerando mais clicks, e portanto são mais replicados. Os títulos, em especial, são na maioria das vezes sensacionalistas, fazendo uso para sua construção de fatos e situações incomuns dos crimes. O inusitado se torna um critério de noticiabilidade, como na notícia “Homem é preso suspeito de derrubar janela sobre ex-esposa”⁸, publicada no ClickPb no dia 04/03. A busca pelo sensacionalismo faz com que os portais muitas vezes incorram em erros crassos de português, gerando dubiedade de ideias, como é o caso da matéria “Após ver mãe agredida pelo companheiro, adolescente de 14 anos confessa assassinato do *padastro*⁹ em Massaranduba/PB”, do Blog do Márcio Rangel do dia 11/3, onde, na ânsia de despertar a curiosidade do internauta/leitor, o portal exagera na quantidade de informações e acaba desinformando o seu público. (Grifo nosso).

Em janeiro foram contabilizados 4 casos de estupro infantil, sendo, de acordo com o que foi noticiado nos portais, 1 caso cometido por 10 homens “conhecidos”, 1 caso cometido por padrasto, 1 por desconhecido e 1 pelo pai/padrasto das jovens. Em fevereiro foi 1 caso de estupro infantil, sobre o qual não é informado na matéria nem se a vítima conhecia o suspeito nem a relação entre eles. Em março contabilizou-se 3 casos de estupro infantil: 1 cometido por conhecido, 1 por padrasto e 1 por vizinho (morador da mesma rua, mas não informa se ele e a vítima se conheciam) e 2 casos de estupro contra jovens e mulheres adultas, ambos cometidos por desconhecidos.

O mês de fevereiro apresenta números atípicos de publicação. Percebe-se comparado aos dois outros meses um número menor de casos e reverberação destes nas matérias. Tal distinção pode ser concebida a partir da concepção mais óbvia como um menor número de ocorrências, no entanto, vale pontuar que sobre esse resultado incide a questão do valor-notícia que agrega o carnaval como evento de interesse público nacional. Conforme as rotinas produtivas dos veículos de comunicação, há uma tendência a registros de fatos

⁸Disponível em <<http://archive.fo/5FYK0>>. Acesso em 17 de abril de 2019.

⁹Disponível em <<http://archive.fo/wNa22>>. Acesso em 17 de abril de 2019.

relativos à festa, e mesmo em coberturas da área policial, os valores-notícia de maneira conjunta de ocorrências relativas à festa como acidentes de trânsito, blitz da Lei Seca, assaltos e agressões nos locais de festa, etc, se sobrepõem nesta época nas produções dos conteúdos.

Percebe-se, então, que para além do discurso, os portais também reforçam estereótipos, naturalizam atitudes binárias de gênero, amenizam crimes e cometem deslizes éticos através dos termos que utilizam, da exposição que dão a vítimas e suspeitos, e tratamento distinto a cada um deles, da quantidade de vezes que replicam determinados casos com elementos sensacionalistas, curiosos ou chamativos.

Considerações finais

A violência contra a mulher é um problema emergente no país, como mostram os dados. Diferentes campos das ciências sociais têm investigado e trabalhado no intento de coibir tal fenômeno. Aos comunicadores, cabem também o papel de críticos, pois conforme este estudo ainda há práticas que precisam, de forma emergente, serem abolidas.

Se partimos da premissa de que conteúdos jornalísticos não são o reflexo do real mas uma construção narrativa deste e considerar a assertiva de Breton e Proulx (2006, p.49) para os quais “o discurso midiático age sobre a estrutura social e é também, ao mesmo tempo influenciado por ela”, é possível afirmar que este campo, o da comunicação, tem em seu *modus operandi* resquícios do imaginário androcêntrico vigente de nossa sociedade. Ver nos resultados práticas como culpabilização da mulher em contexto de violência familiar ou assédio, é admitir que a naturalização da violência contra a mulher permeia também este espaço.

Para além da seriedade desta questão, vale ressaltar ainda aspectos outros como a primazia por sensacionalismo em coberturas de casos trágicos; minimização ou uso inadequado de termos; exposição da vítima ou do acusado, dentre outros recursos que só evidenciam, por vezes, a falta de conduta ética adequada ao exercício do jornalismo no trato com a produção da notícia.

Dos sites analisados somente um, o Jornal da Paraíba, tem seguido outra linha editorial, com foco na objetividade dos fatos, com critérios de apuração e redação mais rígidos, e com uma abordagem que vai além do factual, cumprindo a missão de prestação de

serviço, trazendo reportagens com informações mais abrangentes sobre leis e instituições de apoio à mulher. Em quase dois anos de pesquisa essa é a exceção, pois como mostram os dados, a lógica da produção jornalística destes sites opera a partir do imediatismo, do uso do sensacionalismo na busca por clicks, e na replicação de conteúdos sem o devido trato com a notícia.

A editoria policial encontrou seu lugar no jornalismo, como espaço da produção popularizada, de redação descuidada, marcada pela espetacularização do drama, do trágico. Contudo, vivenciamos transformações nas quais há necessidades de reformulações da prática jornalística como um todo. É de responsabilidade do profissional da comunicação resguardar a ética sob pena de acabar contribuindo com o desequilíbrio nas relações de gênero bem como com a naturalização da violência contra a mulher.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. - 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.

CANAVILHAS, João (org). **Webjornalismo: 7 Características que marcam a diferença**. Portugal: Labcom, 2014.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**. 1994. Disponível em <<http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convencaoobelem1994.pdf>>. Acesso em 17 de abril de 2019.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: Fenaj, 2007. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2019.

WASELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria útil para Análise Histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

Sites Analisados

www.blogdomarciorangel.com.br

www.clickpb.com.br

www.jornaldaparaiba.com.br

www.paraibaonline.com.br